



Netherlands Commission for
Environmental Assessment

Análise Documental do Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Delimitação do Âmbito (EPDA) e Termos de Referência do Projecto Cidade Phoenix



04 de Junho 2026
Ref: 7011-01



Parecer do Secretariado

Título	Análise Documental do Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Delimitação do Âmbito (EPDA) e Termos de Referência do Projecto Cidade Phoenix
Para	Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas (MAAP)
À atenção de	Sra. Josefa Jussar, Chefe de Departamento – Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental Sra. Sónia Muando, Directora Nacional do Ambiente e Mudanças Climáticas
Solicitado por	Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas (MAAP)
Data	04 de Junho 2026
Da	Comissão Neerlandesa para a Avaliação Ambiental (NCEA)
Assessor	Sr. Arthur Neher
Controle de qualidade	Sr. Ben Lamoree
Foto da capa	Por NCEA
Referência	7011-01

© Comissão Neerlandesa para a Avaliação Ambiental (NCEA). *Análise Documental do Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Delimitação do Âmbito (EPDA) e Termos de Referência do Projecto Cidade Phoenix*. 2026. 10 páginas.

Contato:

w www.eia.nl

t +3130 234 76 60

e ncea@eia.nl

Índice

1.	Introdução	2
1.1	Visão geral.....	2
1.2	Pontos fortes	2
1.3	Deficiências	3
2.	Conclusões e recomendações detalhadas	4
2.1	Estrutura e equilíbrio do EPDA e dos TdR.....	4
2.2	Área de influência	5
2.3	Questões-chave	7
2.3.1	Áreas especializadas críticas	7
2.3.2	Alternativas e Metodologia de Avaliação de Impacto	8
2.3.3	Apoio numérico quantitativo à informação de referência.....	9
2.4	Quadro institucional e articulação com outros planos	10

1. Introdução

1.1 Visão geral

A cidade de Maputo está passando por um rápido crescimento urbano, aumentando a pressão sobre o mercado imobiliário, especialmente para sua crescente população jovem. Uma escassez significativa de moradias adequadas levou ao surgimento de assentamentos informais, expansão urbana descontrolada, uso não planejado do solo e desafios ambientais e sociais associados. Em resposta, o Município de Maputo visa desenvolver moradias seguras e acessíveis, alinhadas com sua política de planejamento espacial. O Projeto Phoenix City propõe a construção de aproximadamente 6.000 unidades habitacionais para atender a essa necessidade.

O local do projeto é uma área aberta que atualmente funciona como uma zona úmida natural. É necessária uma Avaliação de Impacto Ambiental e Social (AIAS). Como primeiro passo, o proponente do projeto apresentou ao Ministério da Agricultura, Ambiente e Pesca (MAAP) um Estudo de Pré-viabilidade Ambiental e Delimitação do Âmbito (EPDA). O resultado do Relatório EPDA/Delimitação do Âmbito (ref. EPDA) é um Termo de Referência (TdR) detalhado para a elaboração da AIAS. Tanto o EPDA quanto o TdR para o *Projeto Phoenix City – Moradia para Jovens* foram elaborados por uma entidade terceirizada. A Comissão Neerlandesa de Avaliação Ambiental (NCEA) foi solicitada a fornecer assessoria independente sobre esses documentos.

Esta Nota Consultiva foi elaborada pelo Secretariado da NCEA com base na análise de:

- Relatório do EPDA do Projeto Phoenix City – Moradia para Jovens (Parte I)
- Termos de Referência (Parte II)
- Relatório de Participação Pública (Parte III)

A Nota Consultiva foi elaborada em curto prazo e, por esse motivo, não incluiu a coordenação habitual com as autoridades competentes nem uma visita no país envolvendo especialistas independentes. Consequentemente, ela se concentra na avaliação da integridade e adequação do EPDA e dos TdR. A avaliação detalhada continua sendo de responsabilidade do proponente nas etapas subsequentes da AIAS. A NCEA poderá, mediante solicitação, realizar uma revisão adicional da qualidade da AIAS, se solicitado.

1.2 Pontos fortes

Os documentos mostram que um esforço significativo foi investido no desenvolvimento do EPDA e dos TdR. O EPDA segue uma estrutura clara alinhada com o processo de AIAS (marco legal, metodologia, descrição do projeto, linha de base, impactos e TdR). A consulta pública demonstra o envolvimento ativo das partes interessadas, com as preocupações dos participantes da consulta devidamente refletidas no relatório. A separação entre linha de base, descrição do projeto e identificação de impactos pode fornecer uma base adequada para os TdR, que estão amplamente alinhados com os Padrões de Desempenho da IFC e incluem elementos-chave para a AIAS.

1.3 Deficiências

As seguintes principais deficiências foram identificadas no relatório. Elas são mencionadas brevemente aqui e serão detalhadas no Capítulo 2 deste documento. As deficiências listadas aqui não refletem uma sequência de importância ou prioridade a ser abordada no EPDA e nos TdR.

Estrutura e equilíbrio desuniformes do EPDA e dos TdR

A estrutura desequilibrada do EPDA, combinada com a ausência de elementos (ver 1.3.3), resulta em um TdR incompleto e pouco claro. Por exemplo, os aspectos jurídicos são excessivamente detalhados em comparação com outras questões igualmente relevantes para o relatório de AIAS. Como resultado, os TdR não são suficientemente adequados para orientar a elaboração da AIAS ou apoiar a tomada de decisões. Ambos os documentos devem fornecer orientações mais claras, equilibradas e práticas aos consultores da AIAS, com maior ênfase nos principais riscos e em diretrizes passíveis de implementação.

Definição limitada das áreas preliminares de influência

A área de influência do projeto é definida de forma arbitrária e é demasiado limitada para permitir uma avaliação de impacto integrada. Assim, podem ser ignorados impactos para além do local do projeto. A inundação de áreas e comunidades adjacentes ao local do projeto é uma dessas questões potenciais para as quais a área de influência não foi adequadamente definida. É necessária uma abordagem mais ampla, incluindo análises e modelagem ao nível da bacia hidrográfica para quantificar os impactos das inundações nas comunidades vizinhas.

Conjunto incompleto de questões-chave

Faltam áreas temáticas-chave ou tópicos de avaliação, como biodiversidade, espécies animais importantes ou influxo de migrantes, para definir adequadamente a área de influência direta e indireta do projeto. Combinado com a consideração e análise muito limitadas das alternativas, isso restringe a robustez da metodologia de avaliação de impacto. É essencial abordar essas lacunas por meio de conhecimentos especializados adicionais e um desenvolvimento mais sistemático de alternativas.

Falta de suporte numérico quantitativo das informações de linha de base

A modelagem hidrológica quantitativa fornece uma linha de base robusta e baseada em evidências para prever e avaliar os impactos do projeto. Sua inclusão nos Termos de Referência é essencial, pois sem ela as previsões de impacto das inundações tornam-se menos precisas e mais subjetivas. A fase da AIAS deve, portanto, incluir estudos especializados dedicados, apoiados por modelagem numérica apropriada.

Análise insuficiente do Marco Institucional

É necessário um alinhamento claro com planos estratégicos e setoriais de nível superior para garantir que o projeto seja coerente, viável e sustentável dentro de seu contexto mais amplo. A integração do projeto com outros planos setoriais ajuda a otimizar sinergias e evitar impactos indesejados entre os sistemas. A articulação com os planos espaciais e de zoneamento municipais, bem como com os planos de drenagem municipais, garante que o projeto esteja em conformidade com as estratégias de desenvolvimento urbano de longo prazo.

2. Conclusões e recomendações detalhadas

Este capítulo descreve as principais lacunas identificadas no Capítulo 1.3. Para cada questão, ele distingue entre orientações e recomendações. Os conselhos destacam lacunas essenciais de informação ou clareza que devem ser abordadas para permitir uma tomada de decisão sólida (neste caso, sobre a próxima etapa: a AIAS), enquanto as recomendações se concentram em melhorias para aprimorar a qualidade, a estrutura e a eficácia geral do EPDA e dos TdR que, por si só, não são essenciais para o sucesso da AIAS.

2.1 Estrutura e equilíbrio do EPDA e dos TdR

O EPDA não atende plenamente ao objetivo de um relatório de escopo. Em vez de priorizar questões-chave, ela permanece em grande parte descritiva e com profundidade desigual. Suas principais deficiências incluem (i) ausência de uma classificação clara dos impactos ou riscos; (ii) foco limitado nas questões-chave para a AIAS; (iii) alguns componentes da AIAS (por exemplo, a relação com um contexto mais amplo de planejamento e políticas, como marcos de planejamento municipal ou estratégias setoriais) são fracos ou insuficientemente operacionalizados; e (iv) os mapas são insuficientemente detalhados e não são analiticamente úteis (ou seja, os mapas são muito grosseiros e contribuem pouco para a compreensão local; por exemplo, Figura 21, Geologia Local).

Como resultado, há um claro desequilíbrio no relatório, conforme segue: (i) a descrição do projeto é detalhada, mas excessivamente promocional; (ii) o marco legal e a linha de base são excessivamente detalhados/abrangentes, enquanto permanece incerto qual desses documentos legais é relevante para este projeto; (iii) a avaliação de impacto é muito genérica, mesmo para a fase de EPDA; e (iv) a análise de falhas fatais não é suficientemente crítica e minimiza os riscos. Com referência a este último ponto, não são identificadas falhas fatais, embora o projeto seja classificado como favorável (ao uso do solo, habitação, criação de empregos, desenvolvimento sustentável; página 95). No entanto, alguns riscos essenciais são prováveis e devem ser avaliados, tais como impactos hidrológicos adversos na área de influência indireta.

Os **Termos de Referência** incluem elementos-chave relevantes, mas não funcionam como um documento de instruções claro e devem ser reforçados para atuarem como uma diretriz clara para a AIAS. Em parte, parecem mais uma mini-AIAS do que um guia para o processo de AIAS. De modo geral, constata-se que há:

- Clareza limitada sobre métodos, resultados e produtos finais;
- Precisão técnica e quantificação insuficientes (por exemplo, derivadas de um modelo hidrológico ou de drenagem quantificado);
- Cobertura ausente ou fraca de algumas disciplinas ambientais e sociais (por exemplo, biodiversidade, espécies animais-chave ou influxo de migrantes);
- Orientação fraca sobre implementação e monitoramento;
- A estrutura não orienta claramente a elaboração do relatório da AIAS.

Conclusão principal

O EPDA está formalmente completo, mas é funcionalmente fraco como ferramenta de definição do escopo, e os Termos de Referência (ToR) precisam ser reestruturados para se tornarem um guia claro e operacional para a execução da AIAS, especialmente dada a alta sensibilidade do desenvolvimento urbano baseado em zonas úmidas.

Conselhos para a melhoria do EPDA

- Reorientar o foco para o objetivo de definição do escopo: identificar e priorizar os principais riscos ambientais e sociais; e distinguir claramente os impactos maiores dos menores;
- Fortalecer a análise de impacto por meio de classificação de impacto (por exemplo, alto/médio/baixo); fornecer justificativa clara da significância;
- Melhorar o equilíbrio do conteúdo, reduzindo os detalhes nas seções jurídica e de linha de base, ao mesmo tempo em que se amplia e aprofunda a avaliação de impacto e a análise de falhas fatais.

Conselhos para a melhoria dos TdR

- Converter para um formato de TdR propriamente dito. Definir para cada estudo o objetivo, o escopo, a metodologia e os resultados esperados;
- Aumentar a precisão técnica incluindo quantificação, limites e critérios de avaliação;
- Garantir a integridade, incluindo explicitamente todas as disciplinas ambientais e sociais exigidas;
- Fortalecer a estrutura de implementação definindo indicadores de monitoramento, frequências e responsabilidades;
- Esclareça a ligação com a fase de AIAS: justifique claramente por que cada estudo é necessário e defina as questões-chave para a AIAS;
- Fornecer uma estrutura clara da AIAS com um esboço padrão do relatório.

Recomendações

1. Fortalecer a avaliação de falhas fatais por meio de uma abordagem crítica e baseada em riscos; evitar conclusões prematuras sobre a viabilidade;
2. Melhorar o uso de mapas, tornando-os mais claros, detalhados e interpretados (os mapas atuais não têm valor agregado);
3. Utilizar tabelas como modelos de exemplo (sem preenchimento prévio).

2.2 Área de influência

A Área de Influência parece ter sido definida de forma arbitrária. A área do projeto está localizada em uma zona aberta e natural, parte da qual é constituída por zonas úmidas. A construção nessa área terá impactos diretos na hidrologia e na situação hidráulica. No entanto, como essa área faz parte de uma rede de drenagem hidrológica mais ampla, os impactos potenciais devem ser avaliados para toda a área a montante e a jusante. A Área de Influência Indireta (All) pode ser significativamente maior do que o esperado e, muitas vezes, determina o perfil real de risco ambiental e social do projeto. Ela é definida por vias de causa-efeito (de impactos diretos a indiretos) e seus efeitos cumulativos e espacialmente estendidos, frequentemente ligados a sistemas interconectados, como infraestrutura e ecossistemas.

As zonas úmidas regulam o armazenamento e o fluxo de água (retenção, infiltração, liberação lenta); a evapotranspiração (efeito de resfriamento); a recarga de águas subterrâneas; e a atenuação de enchentes. O desenvolvimento urbano perturba essas funções, alterando tanto a hidrologia (ciclo da água) quanto o clima local (temperatura, umidade). Como o desenvolvimento urbano no projeto Phoenix City está planejado para áreas abertas (zonas úmidas), o ciclo água-clima (interações entre hidrologia e microclima) desempenha um papel central na definição dos impactos muito além do local do projeto. Na AIAS, ele influencia fortemente tanto a área de influência direta quanto, especialmente, a indireta, por meio de vias de causa e efeito interconectadas.

Para o Projeto Phoenix City, os exemplos a seguir podem ser relevantes para determinar a Área de Influência Indireta:

- **A construção na área aberta (zona úmida) que bloqueia os caminhos naturais de drenagem** pode resultar em padrões alterados de fluxo de água no local do projeto (influência direta), mas também pode aumentar o acúmulo de água em comunidades adjacentes. O aterro ou a impermeabilização de zonas úmidas, por exemplo, causados por aterros sanitários, estradas ou empreendimentos imobiliários, diminuem o armazenamento/retenção natural de água ou a infiltração e podem causar aumento do escoamento a jusante, inundação de bairros adjacentes ou sobrecarga da infraestrutura de drenagem. Evidentemente, o impacto se estende muito além dos limites do local, ao longo da bacia hidrográfica.
- **Aumento das superfícies construídas e perda de evapotranspiração das zonas húmidas:** as zonas húmidas e as áreas ricas em água também desempenham um papel fundamental na regulação do clima local (microclima) das áreas urbanas. Aqui, o ciclo água-clima está intimamente ligado ao aquecimento e ao arrefecimento urbanos, uma vez que a água influencia fortemente a forma como o calor é armazenado, libertado e transportado no ambiente. A redução da capacidade de resfriamento pode levar a temperaturas locais mais elevadas (expansão da ilha de calor urbana), aumento do estresse térmico nas comunidades vizinhas e pode resultar em uma maior demanda de energia para fins de resfriamento.
- **Hidrologia e disponibilidade de água (subterrânea):** a redução da infiltração devido a superfícies impermeáveis afetará a recarga dos lençóis freáticos, levando à redução da disponibilidade de água nos poços circundantes, podendo causar subsidência do solo e aumentar a vulnerabilidade a secas.
- **A redução da capacidade natural de amortecimento** das zonas úmidas diminuirá a resiliência a chuvas mais intensas e poderá causar picos de enchentes ampliados durante eventos extremos, aumento dos danos em uma área urbana mais ampla e possíveis falhas na infraestrutura, como drenagem e estradas.
- **A perda de habitat na área do projeto** pode causar o deslocamento da fauna (a biodiversidade e os ecossistemas devem ser estudados mais a fundo; ver 2.4) e pode causar maior pressão sobre os ecossistemas nas áreas circundantes.

Conclusão principal

O atual EPDA subestima a escala e a complexidade dos impactos ao não adotar uma abordagem sistêmica (hidrológica e hídrico-climática). Como resultado, é provável que riscos indiretos, cumulativos e a jusante significativos sejam ignorados, o que pode comprometer a robustez da AIAS e da tomada de decisões.

Conselhos

Incluir no EPDA, como parte dos estudos de linha de base e da abordagem exigidos, e identificar claramente isso como um requisito do estudo de AIAS nos Termos de Referência (ToR), o seguinte:

- Utilizar limites de bacias hidrográficas em vez de uma abordagem de zona tampão espacial. A Área de Influência Indireta deve ser definida hidrologicamente e com base na área total da bacia hidrográfica em que o projeto está situado;
- Incluir a possibilidade de efeitos cumulativos de atividades interligadas (relação causa–efeito) que precisam ser avaliados (requisito nos TdR);
- Avaliar efeitos não lineares (pequenas mudanças → grandes efeitos a jusante);
- Identificar pontos críticos de risco, considerando áreas a jusante propensas a inundações, assentamentos informais em áreas baixas e gargalos de infraestrutura;
- Aplicar uma avaliação integrada dos impactos em vez dos atuais estudos isolados. É necessário um estudo de todo o sistema de drenagem (= a montante e a jusante) para definir a Área de Influência Indireta. Por exemplo:
- Estabelecer uma ligação entre hidrologia, planejamento urbano e vulnerabilidade social;
- Relacionar os aspectos das zonas úmidas e climáticos como parte do resfriamento urbano e da retenção de água para lidar com os riscos de inundação.

2.3 Questões–chave

É necessário fazer referência mais crítica às questões–chave no EPDA. Faltam algumas áreas especializadas críticas que precisam ser estudadas para uma visão geral completa e avaliação dos impactos potenciais. Coletivamente, essas questões–chave informam as alternativas disponíveis para a implementação do projeto. Essas alternativas, incluindo a alternativa “Business as Usual” (BAU, ou “Não Fazer Nada”), podem ser avaliadas de forma independente. A inclusão de alternativas ao desenvolvimento do projeto precisa ser incorporada à metodologia de avaliação.

2.3.1 Áreas especializadas críticas

- **O envolvimento das partes interessadas** é insuficiente. A necessidade de consulta pública é mencionada no EPDA/Relatório de Escopo, mas recomenda–se o fortalecimento desse componente. Embora haja referência à PPP no EPDA, esta se refere apenas à consulta, enquanto o envolvimento efetivo das partes interessadas exigido para a AIAS é um processo contínuo.
- **Identificação de aspectos socioeconômicos.** Apesar de um estudo socioeconômico e do reassentamento, não há menção a uma estratégia de gestão do afluxo. É evidente que há impactos socioeconômicos, como a pressão sobre as comunidades locais devido ao afluxo de habitantes externos (coesão social e riscos de conflito).
- **Zonas úmidas, mitigação climática e biodiversidade.** A biodiversidade é abordada apenas superficialmente, apesar do alto (e frequentemente subestimado) valor ecológico das zonas úmidas. Fortaleça este aspecto com levantamentos de campo, mapeamento de habitats, avaliação do estado de conservação, dados quantitativos do projeto e mapas claros. Observe também que as zonas úmidas, a biodiversidade e o clima estão interligados e influenciam–se mutuamente.

- **Estudos de delimitação e proteção de zonas úmidas.** Embora sejam mencionadas como “Flora e Fauna” (tabela 3 dos Termos de Referência, página 18), os Termos de Referência referem-se apenas a espécies vegetais (página 23 dos Termos de Referência) e não fazem menção a espécies animais. Caso existam, as espécies ameaçadas de extinção ou protegidas devem ser mencionadas separadamente. Além disso, faltam informações sobre a fauna e a dinâmica do ecossistema.

2.3.2 Alternativas e Metodologia de Avaliação de Impacto

Embora mencionada nos TdR (p. 29), a relevância das alternativas para o desenvolvimento do projeto deve ser enfatizada com mais veemência. Considerar alternativas permite a comparação de diferentes maneiras de atingir os objetivos do projeto — tais como localização, projeto, tecnologia, escala e cronograma —, apoiando assim a prevenção de impactos (por exemplo, por meio da escolha de locais alternativos) ou a minimização antes que a mitigação seja necessária. Apresentar essas opções nos processos de engajamento das partes interessadas também ajuda a abordar preocupações e fortalece a licença social para operar.

As alternativas podem incluir a “alternativa zero”, bem como opções de localização, projeto e tecnologia (por exemplo, soluções de engenharia versus soluções baseadas na natureza). Sua inclusão transforma a AIAS de uma avaliação de caso único para uma abordagem comparativa, exigindo indicadores consistentes e critérios padronizados (conforme descrito no EPDA), e introduz ferramentas de apoio à decisão, como a análise multicritério (MCA), para estruturar e classificar os impactos. De modo geral, isto torna a metodologia mais preventiva do que corretiva, dando prioridade à prevenção de impactos através da concepção e reduzindo a dependência de medidas de mitigação a jusante.

O EPDA e os TdR devem salientar que as alternativas devem ser desenvolvidas e avaliadas de forma objetiva, sem preconceitos ou preferências pré-determinadas. No entanto, os TdR (p. 31) já sugerem um resultado preferencial ao afirmar que a análise deve demonstrar que o projeto constitui uma melhoria em relação à alternativa de «não intervenção». Tal conclusão não deve ser antecipada na AIAS, uma vez que a determinação da opção preferida é da responsabilidade da autoridade decisora competente, e não da própria avaliação.

Conclusão principal: o EPDA e os TdR ainda não fornecem uma base suficientemente robusta, objetiva e completa para a AIAS. Questões-chave estão subdesenvolvidas, faltam conhecimentos especializados essenciais e as alternativas não estão efetivamente integradas, o que resulta numa base enfraquecida para uma tomada de decisão informada e equilibrada.

Conselhos

- Conceber um processo de envolvimento das partes interessadas, independente e contínuo, durante a AIAS, para garantir a divulgação de informações atualizadas sobre o projeto e para receber feedback consolidado das diferentes partes interessadas, incluindo os habitantes dos bairros adjacentes. Para um processo de envolvimento das partes interessadas planeado e inclusivo, incluir no EPDA e nos TdR um Plano de Envolvimento das Partes Interessadas e um mecanismo de reclamação

- Reforçar a informação sobre biodiversidade com levantamentos de campo, mapeamento de habitats, avaliação do estado de conservação, dados quantitativos do projeto e mapas claros;
- Incluir uma análise de alternativas para comparar diferentes formas de alcançar os objetivos do projeto, incluindo variações na localização, conceção, tecnologia e/ou escala e calendário.

Recomendações:

1. Incluir estudos mais abrangentes sobre as Normas Ambientais e Sociais e a biodiversidade da área;
2. Incluir o uso de ferramentas de apoio à tomada de decisões, tais como a análise multicritério, para melhorar o planeamento do projeto, tornando a tomada de decisões mais estruturada, transparente e equilibrada. A definição de limiares ajuda a traduzir possíveis dados ambientais e sociais complexos em decisões claras e exequíveis para o planeamento e a conceção do Projeto Phoenix City;
3. Evitar, no relatório e nos Termos de Referência, expressar preferência por alternativas (por exemplo, página 31 dos Termos de Referência).

2.3.3 Apoio numérico quantitativo à informação de referência

Falta apoio numérico quantitativo à informação de referência para alguns aspetos ambientais relevantes. Para se obter uma visão global do ciclo hidrológico e das condições hidráulicas, é necessário utilizar os limites das bacias hidrográficas em vez de limites definidos arbitrariamente. Os elementos essenciais para a modelação integrada são as interações entre as águas superficiais e subterrâneas e as interações climáticas, incluindo cenários climáticos futuros.

O modelo hidrológico/hidráulico apoia a avaliação dos riscos de secas e inundações que afetam povoações situadas em zonas baixas e adjacentes e identifica áreas propensas a inundações. As medidas corretivas potenciais podem incluir a proteção das zonas húmidas e a utilização de soluções cinzentas, híbridas e baseadas na natureza.

Conclusão principal: a ausência de modelação integrada e quantitativa enfraquece significativamente a credibilidade da avaliação de impacto e limita a capacidade de conceber medidas de mitigação eficazes, incluindo a proteção das zonas húmidas e soluções baseadas na natureza

Conselhos

- Melhorar os estudos hidrológicos e hidráulicos através das seguintes medidas:
- Incluir as interações com as águas subterrâneas e as funções das zonas húmidas;
- Integrar a modelação ao nível da bacia hidrográfica, e não apenas ao nível do local;
- Incluir explicitamente as soluções baseadas na natureza (SBN);
- Definir normas de projeto (períodos de retorno, cenários climáticos);
- Avaliar as condições de inundação.

2.4 Quadro institucional e articulação com outros planos

O Projeto Phoenix City deve estar em sintonia com planos estratégicos e setoriais de nível superior, a fim de garantir a sua coerência, viabilidade e sustentabilidade no contexto mais amplo. A articulação com os planos espaciais municipais e o zoneamento assegura que o projeto cumpra as destinações de uso do solo, a capacidade das infraestruturas e as estratégias de desenvolvimento urbano a longo prazo, reduzindo o risco de conflitos ou de um redesenho dispendioso. A integração com outros planos setoriais (por exemplo, transportes, água, energia) ajuda a otimizar sinergias e a evitar impactos indesejados entre sistemas.

A incorporação de princípios de desenho urbano resiliente às alterações climáticas garante que o projeto possa resistir a riscos futuros, tais como inundações, stress térmico e condições meteorológicas extremas, contribuindo simultaneamente para os objetivos de mitigação. Em termos gerais, este alinhamento apoia a conformidade regulamentar, o planeamento eficiente e a resiliência a longo prazo, reforçando tanto a viabilidade do projeto como a aceitação por parte do público.

Conclusão principal: uma forte integração com os quadros de planeamento municipal, as estratégias setoriais e a conceção resiliente às alterações climáticas é essencial para garantir a coerência, a resiliência e a viabilidade a longo prazo do projeto, bem como a sua aceitação por parte das autoridades e das partes interessadas.

Conselhos

- Integrar o plano de desenvolvimento de Phoenix no âmbito mais alargado do ordenamento do território, incluindo o plano de drenagem da cidade de Maputo, com especial destaque para o bairro de Mapulene. Estabelecer uma ligação explícita com:
- Planos municipais de ordenamento do território e legislação de zoneamento